

Senado pode limitar total de pagamentos

BRASÍLIA — O Senado Federal poderá limitar o valor dos desembolsos para o pagamento da dívida externa, se for aprovado o projeto de resolução apresentado ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O texto final do projeto deve estar concluído até meados de outubro, quando será feita a votação em plenário.

O projeto estabelece dois limites para o desembolso. Um se refere às reservas externas, que devem ser mantidas de modo a garantir quatro meses de importações normais. Outro se refere à capacidade interna de pagamento, que deve ser compatível com o superávit de caixa da administração pública federal direta e indireta.

O objetivo do envio agora do projeto é concluir as regras para as negociações antes das discussões com os bancos credores privados, em outubro. A Constituição em vigor estabelece que o Senado deve fixar as bases para os contratos de crédito internacional e ainda aprovar ou não os acordos feitos. Por isso, a carta de intenção com o FMI, cujos termos devem ser divulgados hoje, precisa ser analisada pelos senadores para ter validade.

O senador Fernando Henrique Cardoso disse que o projeto não significa uma armadilha para impedir a negociação com os contrários. "Ao contrário, queremos facilitar o entendimento", afirmou. Se o projeto for aprovado pelo plenário, os representantes brasileiros terão de respeitar os limites para negociar com os credores.